FORUM 35, Jan-Jun 2004, Pág. 173-184

# António de Araújo de Azevedo: da diplomacia para o governo*

Eurico de Ataíde Malafaia

Apresentando-se como prática corrente, para efeito de homenagens a pessoas ou comemoração de acontecimentos históricos, a contagem do tempo em fracções de século ou meio século, e tomando como referência o facto de António de Araújo de Azevedo ter nascido na casa de Sá, em Ponte de Lima, há 250 anos e ter sido chamado à governação em data sobre a qual se completaram ontem 200 anos, tem oportunidade apontar outro facto de não menor relevo e cabimento no contexto da sessão de hoje. Um século antes da vinda ao mundo do futuro 1.° Conde da Barca, foi assinado – com grandes reservas quanto à ratificação por parte de D. João IV – *o Tratado de Westminster que estabelecia paz entre Portugal e Inglaterra, abrindo o Império Português ao livre comércio inglês e concedendo outros privilégios aos súbditos britânicos residentes em Portugal. Por força das circunstâncias Portugal teve de inclinar-se perante esta "intimação" sendo arrastado política e economicamente para a esfera de influência da Grã-Bretanha.* Um inglês ilustre, que muito se interessou pelos

---

* Texto da conferência proferida na sessão de homenagem a António de Araújo de Azevedo, Conde da Barca, no dia 7 de Junho de 2004, no Salão Medieval da U.M.

assuntos de Portugal, o Professor Edgar Prestage, escandalizado, afirmou a propósito: "*um acordo tão unilateral acarretou o descrédito da Inglaterra*"; ou então, como reconhece João Lúcio de Azevedo, "*à sombra dele, medrou entre nós o bretão em fortuna e autoridade*".

Havendo estudado longamente a figura do Conde da Barca, apresenta-se-me esta coincidência como que o prenúncio de uma temática negativa – as relações anglo-portuguesas – que haviam de ensombrar, directa ou indirectamente, os últimos trinta anos da sua vida (1787-1817) durante os quais, como diplomata, conselheiro de Estado ou governante se dedicou, em permanência e de uma forma notável, ao serviço de Portugal. Antes de prosseguir devo afirmar ter a ideia de que uma comemoração – a de hoje e outras – acaba por ser, de certo modo, como que a promoção do reanimar da chama do exemplo, procurando-se no conhecimento da "novidade" algo que possa aumentar o nosso sentimento de auto-estima e, sendo assim, já o ganho é grande.

De facto ouso entender que hoje o País seria mais rico e acreditaria mais em si próprio – o que é essencial aconteça – se no dia a dia, fosse feita a pedagogia da História e a cultura do amor à Pátria, infelizmente abandonadas a partir dos anos cinquenta do século passado. Pouco a pouco, em agonia lenta, esquecemo-nos que o "*verdadeiro patriotismo não é o amor da terra, é o amor do passado, é o respeito pelas gerações que nos precederam*". Deste modo considero essencial a alteração da frequência do divulgar o que se possa ir sabendo sobre as grandes figuras nacionais, tornando-as melhor conhecidas das novas gerações para que a história lhes leve o modelo inspirador e fomentador do patriotismo, não deixando que se revejam apenas, e eventualmente, nos exemplos menos bons, ou talvez historicamente distorcidos, dos últimos 50 anos.

Em boa hora, portanto, o Arquivo Distrital de Braga, por iniciativa da sua Exma. Directora, resolveu promover esta reunião cultural, em ambiente tão solene e tão enobrecido pela presença de ilustres professores universitários e membros de Academias nacionais, propiciadora de reflexão sobre António de Araújo de Azevedo, o Portugal do seu tempo, a influência de países terceiros na nossa política e ainda em alguns aspectos particulares do seu trajecto pessoal, da diplomacia para a governo em que se iniciou ao assumir o cargo de Secretário de Estado dos Estrangeiros e da Guerra, a 6 de Julho de 1804, sendo Regente D. João.

Quanto ao Portugal do seu tempo, busca-se objectividade citando, sem preocupações cronológicas, apenas algumas pequenas referências extraídas dos "pareceres" de Conselheiros de Estado, desde 1794 a 1807, quando chamados a dá-los em momentos de agravamento de uma enfermidade crónica.

..." *o estado precário e paralítico da situação portuguesa; o lamentável estado em que se encontram os nossos portos; a guarnição militar do Rio de Janeiro, constituída essencialmente pelos Regimentos de Estremoz, Bragança e Moura, destacados do Reino em 1767, mas com pessoal idoso e estropiado, porque as recrutas só recomeçaram em 1793; as receitas cobrem apenas as despesas de administração, sem considerar os juros da dívida; o estado de desorganização do exército; mas não falo da penúria em tudo o que dizia respeito à guerra, porque tudo era carência e necessidade; os dois Arsenais da Marinha e do Exército acham-se vasios; as colónias e praças acham-se desprovidas de tudo; o único meio para nos defendermos é capacitar a Corte de Londres fazendo-lhe conhecer a obrigação que tem de nos auxiliar; e,* [para terminar este doloroso enunciado], *dar conhecimento à Inglaterra e pedir meios de socorro.*

Poderíamos continuar a escutar parcelas das opiniões expressas por Martinho de Mello e Castro, de Luís Pinto de Sousa, de D. Alexandre de Sousa Holstein, do Conde de Pombeiro, do Cardeal Patriarca D. Fernando Sousa e Silva, de Luís de Vasconcelos e Sousa, do Conde de Vila Verde, de D. Rodrigo de Sousa Coutinho e de outros.

Estes pequenos recortes de informação espelham o estado das coisas em Portugal segundo o ponto de vista dos Conselheiros cujas opiniões, na generalidade e quanto aos problemas, embora com muitas vénias, pareciam traduzir independência. A situação de carência era dominantemente resultado da decadência da qualidade da administração pública vinda já do reinado de D. Pedro II mas acentuada a seguir a Pombal, à influência da revolução francesa, à partidarização do poder político a nível dos próximos do Regente mas, fundamentalmente, à remota e contínua dependência em que nos colocáramos em relação à Inglaterra.

Entre o Tratado de Basileia de 1795 pelo qual a Espanha se aliou à França, às ocultas dos seus aliados, e o Tratado de Amiens de 1802 que estabeleceu a

paz efémera entre a Inglaterra e a França, ocorreram três agressões, da dita nossa aliada, contra possessões portuguesas, com desembarque de tropas ou tentativas disso, a pretexto de "*socorro e ajuda*" – Goa, Damão, Diu, Macau e Madeira. *Agressões, qual delas a mais violenta e cobiçosa, mas que as hesitações e as humilhações da nossa diplomacia em parte justificavam*, como nos refere o Professor Ângelo Ribeiro. A Paz de Amiens permitiu contudo a troca de diplomatas, entre a França e Portugal. Para Lisboa, onde chegou a 2 de Maio de 1802, veio o general Jean Lannes, cuja personalidade não vou aqui apreciar. Porém, este diplomata de ocasião, em ofício de 5.12.1803 para Talleyrand, com cópia para Napoleão, faz um retrato da situação em Portugal. Do longo texto, traduzindo, extraí o que agora me parece de oportunidade citar:

- *Quando apertava simultaneamente o Príncipe Regente e o seu ministério, não era Portugal que desejava atacar, mas a Inglaterra que era aqui a potência visível que detinha todas as competências do governo, que lhe inspirava as iniciativas e até os pensamentos;*
- *A partir do momento em que um Pacto de Família reuniu os dois ramos das Casas Reinantes de França e de Espanha, a nossa influência em Portugal começou a declinar. Era a consequência natural do ódio dos portugueses aos espanhóis que se haviam tornado aliados da França.*
- *A fraqueza da monarquia e talvez a imperícia ou nulidade dos agentes diplomáticos por ela enviados para Portugal, não conseguiram atenuar a inquietação que tal aliança dava aos portugueses. A Inglaterra aproveitou o momento e lançou as bases para o total domínio que hoje exerce.*
- *Quando foi assinado o Tratado de 1703 a Europa não conhecia, por assim dizer, o nome e a importância das colónias portuguesas. O comércio do Brasil não tinha desenvolvimento mas o Gabinete de Saint-James atento a tudo prever, mesmo à distância, quanto à abertura de mercados para as suas especulações, começou por instalar em Lisboa, mesmo no seio do governo português, a sua influência e o seu crédito.*

E mais adiante escreve:

- *Interessava à Inglaterra arrastar Portugal a tomar uma parte activa numa guerra que arruinaria o governo e que, por destruição das finanças e compro-*

*metimento de uma população dócil, esgotava os meios de encorajar a agricultura, de favorecer a indústria, aumentando a necessidade de ter que viver-se do socorro estrangeiro.*

- *Quando cheguei a Lisboa encontrei um exército inglês, um ministério escolhido e nomeado pela Inglaterra, generais ingleses no comando das tropas, homens da marinha inglesa comandando navios portugueses, a indústria local, fábricas, oficinas e armazéns dependentes dos ingleses.*
- *Assim, disse para mim próprio, – é ainda Lannes que escreve – que a Inglaterra tinha executado o seu plano, meditado longamente, havendo transformado Portugal numa das suas províncias.*

* * *

Acabámos de escutar a síntese de uma opinião sobre Portugal tendo como origem um francês que, evidentemente, não suportava a Inglaterra. Não deixa de ser uma opinião que, em princípio, se poderia considerar suspeita mas, admitindo mesmo alguns exageros e congregando estes elementos com aqueles pequenos excertos dos pareceres dos Conselheiros, não seria este, ou bastante parecido, o retrato político-económico de Portugal quando o diplomata António de Araújo de Azevedo foi em 1804 chamado a Lisboa, vindo de S. Petersburgo? Saberia ele ao que vinha? Creio que sim, embora o diga ainda sem suporte documental.

A diplomacia de choque do general Jean Lannes em Lisboa visava pôr em prática três orientações para dois objectivos: a de Talleyrand, seu superior e inimigo; a de Napoleão, e a dele próprio. Haveria que anular-se a influência inglesa em Portugal e isso supunha a alteração da composição do ministério; igualmente era necessário aproveitar o desejo de neutralidade do Regente para obter para a França contrapartidas financeiras e comerciais. Quanto a estes dois últimos aspectos, o principal obstáculo era o próprio Taljeyrand que, por razões óbvias, desejava que a negociação corresse por Paris ou via Madrid. Para alcançar os seus propósitos o general tinha de eliminar influências para colocar-se na situação de ser sempre ele próprio a tratar directamente com o Regente. E conseguiu-o.

Recomposto o governo, após o afastamento de D. João de Almeida de Melo e Castro e de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, convicta e activamente anglófilos, a pasta dos Estrangeiros e da Guerra foi confiada interinamente ao Visconde de Anadia. Situo neste contexto a decisão de chamar António de Araújo de Azevedo para ser titular efectivo desta Secretaria de Estado, por sugestão ou influência da França.

O Regente ia procurando compor as situações e, com medo de Napoleão, aceitara um tipo de comportamento pessoal de completa sujeição às iniciativas do general de quem, comprovadamente, se tornara amigo indo ao ponto de propor-se, conjuntamente com D. Carlota Joaquina, – contra todas as convenções sociais da época – apadrinhar o segundo filho de Lannes que, na pia baptismal recebeu o nome de Alfredo e uma prenda de 12.000 libras! Num quadro deste tipo era fácil criar incidentes diplomáticos e, produzindo-os, Lannes vem a encontrar algum apoio de Talleyrand que escreve uma carta, provavelmente inspirada por Napoleão, intimando mais uma vez Portugal a fechar os portos aos navios ingleses, o que causou danos nas relações entre os dois países.

D. João pretendia limitar-se a afastar do governo todos os homens dominados pela influência inglesa "*rodeando-se de verdadeiros portugueses animados de espírito de neutralidade*" mas, diante de uma tentativa de golpe militar, muito provavelmente montado pelos ingleses com o apoio dos vencidos e humilhados na guerra dita *das laranjas,* acaba por ter que fazer uma escolha e, assim, envia ao buliçoso general uma mensagem: "*E se retomássemos as nossas boas relações?*" A primeira parte do programa francês estava concluída; a segunda, a do Tratado, foi menos difícil, tão grande era a ânsia do Regente quanto à paz e aceitação, por parte da França, da lógica da nossa neutralidade. Tudo se concluiu pelo Tratado de 19 de Março de 1804, ficando a Inglaterra completamente contrariada com o acordo feito, com o encargo assumido por Portugal, com a concessão de que as mercadorias francesas seriam aceites em pé de igualdade com as das nações mais favorecidas e, sobretudo, com a recomposição do governo. Mas ficaria ainda mais quando António de Araújo de Azevedo o integrou, cerca de três meses mais tarde, com desagrado veemente do embaixador Fitz Gerald.

Nas minhas reflexões fica algo por clarificar. Em Dezembro de 1803, o diplomata

manifestou o desejo de deixar a Corte de S. Petersburgo, pedindo ao Visconde de Anadia que insistisse junto do Regente para que lhe fosse concedida a demissão ou, em alternativa, uma licença. A mesma carta, remetida por portador, anuncia a remessa conjunta de dois ofícios (n.os 60 e 63), sublinhando que "*merecem o maior recato, especialmente este último por conter matéria de importante segredo e devo desejar que SAR o ordene positivamente*". E acrescenta: "*não posso expressar-me mais sobre este ponto e concluo ...*"

É minha opinião que, como primeira ideia, o diplomata foi chamado a Lisboa para, em operação intercalar, integrar o Conselho de Estado, por ser possuidor de um conjunto de excelentes relações em toda a Europa, de um amplo conhecimento dos assuntos europeus, especialmente dos franceses com quem havia convivido e tratado, mas sobretudo por ser lúcido, empreendedor, independente no trato da matéria política e, em toda a circunstância, um patriota indefectível. Mas, o que teve a ver com isso o *importante segredo* que procurou fosse transmitido ao Regente? Este tipo de relacionamento secreto entre os dois homens – o Regente e o diplomata – tinha fortes antecedentes, pelo menos desde 1796. A todo este raciocínio, junta-se ainda um dado por mim encontrado recentemente: na sua viagem da Rússia para Lisboa, o diplomata encontrou-se com Napoleão. A carta anteriormente referida manifestava o "*desejo de que SAR o ordene positivamente*". Seria o pedido de licença para falar com o Imperador ou instruções para fazê-lo? Depois de ter lido há poucos dias o ofício n.° 60 no ANTT – o n.° 63 era tão confidencial que não se encontra – inclino-me para a segunda hipótese, isto é, com indicação para o fazer. É Napoleão quem refere esse contacto, em correspondência para Lannes, provavelmente a 16 de Abril de 1804, quando escreve: *Jai vu avec plaisir Mr. D'Araújo; ii m'a paru dans des sentiments tels qu'on peut les désirer.*

De quem foi a iniciativa do encontro? De que matérias se tratou? Defensor acérrimo da paz e do desejo nacional de neutralidade no conflito, Araújo deve ter conduzido a conversa de uma forma hábil, sem assumir outro compromisso que não fosse o do seu permanente empenho em dialogar, para as manter. A certeza de que assim terá sido vem, anos depois, do próprio Napoleão quando, no momento da invasão de Portugal em 1807, avisa Junot para actuar rapidamente, *pois muito desconfiava das astúcias de Araújo, o qual, sem dúvida buscaria promover os interesses do seu Soberano e os da sua Pátria.*

António de Araújo de Azevedo, o 1.° Conde da Barca, continua a ser politicamente, para os estudiosos, uma caixa de surpresas!

Chegou a Lisboa, via Londres, a 2 de Julho e logo assumiu a gestão da Secretaria de Estado dos Estrangeiros e da Guerra. Cito o Professor Lopes de Almeida: "*Conforme os desejos da totalidade da nação, iniciou a estruturação de uma política tendente a garantir a todo o custo a paz com as demais potências, convencido de que a insuficiência de recursos não permitiria a resistência a qualquer agressão*". A reorganização que faz do exército é manifestamente insuficiente, tanto mais que a Inglaterra declara que o "*seu país nos abandonaria em caso de conflito*". Mas, objectivamente, era impossível tornar-nos adversários dos ingleses e, portanto, a política a seguir só poderia ser a da neutralidade efectiva. A tarefa não iria ser fácil pois a França, a Inglaterra e a Espanha, na defesa exclusiva dos seus próprios interesses, tudo iriam fazer para criar focos de perturbação entre si e, reflexamente, contra Portugal. Estávamos colocados entre as esquadras britânicas, fortes e abusadoras e uma Espanha hipotecada à política francesa. Ainda neste ano de 1804, Pitt havia assumido o governo em Inglaterra e tentava acautelar os interesses dos súbditos britânicos cujos bens, em Espanha, tinham sido arrebatados em 1796. Procurava-se de cada lado um pretexto para que a guerra estalasse. Por exemplo, em Outubro e faltando ao prometido, uma divisão naval inglesa aprisiona três fragatas espanholas vindas de Montevidéu com carga valiosa. Como reacção, Carlos IV de Espanha, motivado por Godoy, declara em Dezembro guerra à Inglaterra, pensando que, em consequência, Napoleão se motivaria mais facilmente a aceitar a ideia da partilha de Portugal. Araújo ia gerindo o problema da proclamada neutralidade portuguesa no meio das maiores dificuldades políticas, só ultrapassadas pelas suas incontestáveis convicções e pela sua reconhecida experiência diplomática.

Junot, designado embaixador em Lisboa, chega a 28 de Abril de 1805 e, junto de Araújo, lança novos motivos de perturbação alegando, para exigir o encerramento dos portos de Portugal aos navios ingleses, que o rompimento do Tratado de Amiens, colocara os três países interessados na situação anterior à paz, pelo que isso reactivava o disposto no Tratado de Madrid de 1801. Reagindo, minuta uma carta para Napoleão, que lhe é enviada pelo Regente a 7 de Maio, na qual diz que, *tendo obrigado a nação ao pagamento de subsídios para a*

*neutralidade através de um Tratado, não entendia a lógica de colocar-se numa guerra contra a Inglaterra, expondo os territórios dispersos às consequências de tal atitude*. Dois dias depois o Secretario de Estado divulga uma nota em que reafirma a disposição de *Portugal manter uma estrita neutralidade*. A contrariar a acção política de Araújo, uma esquadra inglesa refugia-se em Lisboa, ocupando alguns fortes, o que provocou forte e legítima reacção de Junot, conjuntamente com o embaixador espanhol Campo Alange. Numa intervenção rápida e decidida, Araújo conseguiu que esta esquadra abandonasse o Tejo, não sabendo porém que, face ao acontecido, Napoleão tomara a decisão de aderir aos pensamentos de Godoy, 1.º ministro de Espanha, motivador de uma invasão de Portugal. É o resultado da batalha naval de Trafalgar, a 21 de Outubro, que faz adiar essa agressão. Araújo escreve quase diariamente ao Secretário do Regente, porque este raramente se encontrava em Lisboa. Essa correspondência é uma sólida fonte de informação e por ela se vê a grande qualidade das intervenções do ministro, o seu sofrimento por ter de implorar que o Regente se aproximasse e, por vezes, a sua própria dificuldade em decidir, porque o poder supremo estava longe, com manifesto desagrado do Secretário de Estado que tinha de escutar as reclamações dos embaixadores de França e de Espanha, legitimamente irritados com os evidentes sintomas de quebra de uma neutralidade que o governo português persistentemente declarava e que a Inglaterra não respeitava.

Um ano e meio haveria ainda de passar-se antes que o calvário chegasse ao fim com a ida da Família Real para o Brasil. Procurando afastar todos os motivos de contenda com a França, Araújo vai conseguindo com persistência persuadir os ingleses a respeitar as águas territoriais portuguesas, e simultaneamente tenta conseguir junto de Talleyrand que ele, "*com a sua boa vontade e o seu pouco escrúpulo suprisse o que a razão devia ditar*". Através da sua rede de informadores, amigos ou pagos, acompanhava toda a acção nefasta de Godoy e, perante a notícia de que se reuniam em Baiona 90.000 homens para invadir Portugal, fica notoriamente inquieto. Entretanto, os ingleses, também preocupados, decidem enviar a Lisboa uma esquadra e tropas de desembarque para "*obstar que o Imperador ocupasse o País e que o mesmo fosse dividido*" Araújo teve conhecimento da iniciativa e não perdeu a cabeça. Usando dos meios de comunicação possíveis, e da sua grande capacidade negocial, conseguiu convencer os ingleses de que a sua intervenção era nociva à paz e à neutralidade

e, assim, eles retiraram-se cerca de mês e meio depois de terem aparecido. Foi um tempo de grandes dificuldades em que tudo levava a crer que já não havia argumentos que nos salvassem, a não ser a lucidez do Secretário de Estado em quem o Regente, de mãos na cabeça, afirmou confiança, dizendo-lhe que só ele, e mais ninguém, poderia ultrapassar com êxito, como veio a suceder, o problema criado pela inesperada expedição inglesa.

Ainda em 1806 somos confrontados com o decreto do bloqueio continental desenvolvendo-se as suas consequências comerciais e políticas por todo o ano de 1807. Temos contudo de admitir que a instauração do bloqueio não se apresentava para Napoleão como sendo de execução fácil do lado oriental da Europa onde a Prússia, embora muito desgastada, conjuntamente com a Rússia representavam ainda uma força importante a ter em conta. Essa circunstância aliviou por algum tempo a pressão sobre Portugal mas a "trégua" terminou com a Batalha de Friedland, a 14 de Junho de 1807, eliminando a Prússia do xadrez político-militar e colocando a Rússia na órbita do Imperador. A 12 de Agosto de 1807, o Encarregado de Negócios da França, apresentou formalmente ao governo português um ultimatum para que Portugal aderisse ao bloqueio continental até ao 1.° de Setembro.

Era o momento de se pensar noutras soluções e o tempo urgia. Por acção diplomática intensa o Secretário de Estado ganhou 30 dias que, na circunstância, foram preciosos. Após sucessivas reuniões do Conselho de Estado veio a ser tomada a decisão da transmigração da Família Real para o Brasil. Quando? No momento em que o Regente o decidisse. Mas tudo se preparou com três meses de antecedência e com o maior segredo. É também o momento de *procurar terminar.* Analisados documentalmente os acontecimentos, tenho de concluir que, não gostando de qualquer modo da política de Inglaterra em relação a Portugal (porque éramos sempre explorados), o que não significa que, em muitos aspectos, Araújo não apreciasse aquele Pais, o governante desenvolveu uma política externa "*sinuosa e de compromissos e recuos sucessivos – no que ganhou tempo – mas o seu dito afrancesamento, à escala da política internacional, parava na busca do estatuto de neutralidade para o nosso País.*". Sempre entendeu, como diplomata e como estadista, que era necessária a paz, mas que para ela não era, antes pelo contrário, necessária a "assistência" da Inglaterra e muito menos a "mediação" da Espanha. Araújo nunca mudou na sua

concepção deste entendimento, sendo contudo escrupuloso na execução do de D. João. Nessa lógica aceitou referendar, embora por amor à verdade impondo correcções de rigor circunstancial, a Convenção secreta de 22.10.1807 com a Inglaterra "apoiante da transmigração"; de acordo com o Regente, tentou *in extremis* travar a marcha de Junot sobre Lisboa para que escutasse uma nova iniciativa para a paz. Era tarde porém. Aceitando com dignidade o peso das responsabilidades que ilegitimamente lhe assacavam e, mesmo apelidado de traidor pelo partido de Inglaterra, acompanhou como Ministro interino do Reino a Família Real para o Brasil, o que para ele significou a viagem sem regresso. O Regente, ao partir, levava com ele a solidariedade do que restava do seu fragilizado governo. Indo, Araújo seguiu o trajecto da dignidade, tanto mais que tinha a certeza de que, chegado ao Brasil, teria de deixar o governo por não pertencer ao grupo anglófilo que iria controlar a política daí em diante. Levando a sua querida e valiosíssima biblioteca, hoje integrada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, os seus documentos e a força da sua personalidade, não deixando de pertencer ao Conselho de Estado, tinha consigo o suporte para o apoiar no seu exílio político que ia durar uns seis anos.

Porém a História ia repetir-se. Em 1814, com oposição do ministro inglês Lord Strangford, assume a gestão da pasta de Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, trampolim evidente para logo assumir a dos Estrangeiros e da Guerra onde se manteve até final da sua vida, em 21 de Junho de 1817, já então e também, embora interinamente, Ministro do Reino, por morte do Marquês de Aguiar ocorrida em finais de Janeiro desse ano. A sua saúde encontrava-se já muito abalada e fazia a gestão corrente com grandes dificuldades. Deu contudo ao Brasil a marca da sua excepcional capacidade de diplomata e de homem de cultura, deixando sempre transparecer, em tudo quanto fez, a sua forte personalidade e o carácter arguto da sua imaginação.

António de Araújo de Azevedo foi titulado como Conde da Barca a 17 de Dezembro de 1815, no dia seguinte ao do Brasil, por sua influência, ter sido elevado à categoria de Reino. Respeitava o seu rei mas, sem fazer coro com a lisonja, transmitia às suas decisões o fulgor e a liberdade das suas ideias. Em toda a circunstância, este distinto personagem, com o seu permanente sentido de Estado, pela verticalidade do seu comportamento, pelo seu sábio proceder, pela fidelidade às suas raízes, com o equilíbrio e brilho das suas decisões, honrou

sempre Portugal, servindo-o com grande patriotismo. Legitimamente ostentava as Grã-Cruzes das Ordens de Cristo e da Torre e Espada de Portugal, de Isabel a Católica de Espanha e a Legião de Honra da França.

Como português e de uma forma reverente, neste enquadramento histórico do ciclo de evocações do Conde da Barca, se assim pode designar-se, começado com uma conferência no Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, seguido de manifestações idênticas em Ponte de Lima, Ponte da Barca e hoje aqui em Braga, iniciativas de grande sentido cultural, devo dizer que, embora mal conhecido da maioria dos seus compatriotas, ele foi uma personalidade verdadeiramente notável, emparceirando com as grandes figuras da diplomacia europeia do seu tempo. Prestando-lhe homenagem, pratica-se um acto de justiça, dando-se hoje também sentido evocativo do amor à Pátria que, como atitude de sanidade mental, de coração e mãos dadas, fez caminho constante com o Conde da Barca, sempre ao serviço de Portugal.

Braga, 7 de Junho de 2004.